



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DOUTOR LICURGO MOURÃO.**

**Ref.: Processo nº 1082566 – Representação.**

**BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o n.º 11.338 e na OAB/MG sob o n.º 97.276, com endereço constante do timbre da Procuração em anexo, representante legal da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS (Doc. 01)**, já qualificada nestes autos, vem, à presença de V.Exa., Tendo sido Citada mediante o Ofício nº 2871/2021-SEC/1ª Câmara, apresentar **DEFESA** diante das supostas irregularidade e fatos apontados na presente representação

## **I – DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE DEFESA:**

Foi de 15 (quinze) dias o prazo fixado pelo TCE/MG para apresentação da Resposta vertente, conforme Ofício de Citação de fls.



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

Destarte, considerando que a comunicação fora recebida em 08.03.2021 (segunda-feira), tem-se como *dies ad quem* para a apresentação da presente Defesa, 23.03.2021 (terça-feira). Portanto, é de toda a evidência a tempestividade do aforamento desta manifestação processual quando aperfeiçoado na presente data.

## **II – DOS FATOS:**

Relativamente aos fatos, tem-se que o Município de Cana Verde/MG, em 2017, após haver instaurado o competente procedimento interno, procedeu à contratação deste escritório de advocacia para lhe assessorar no intuito de litigar em juízo, em face da União Federal, visando à recuperação de créditos do hoje extinto FUNDEF, não repassados entre os anos de 1998 e 2006 em face da ilegal fixação do Valor Mínimo Anual por Aluno.

Em decorrência do supracitado ajuste e dos poderes outorgados pelo Município, o Requerente ingressou com a ação de cumprimento de sentença de nº 0011338-58.2018.4.01.3400 (esta em curso na 1ª Vara Federal Cível da SJDF).

Analisando a contratação em tela, o Douto Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais entendeu por bem apresentar **representação** em face deste Requerente, bem como dos Sres. Eduardo Cardoso Garcia (Prefeito), Ronni Carlos Oliveira (Presidente da CPL) e Matheus Freire Lino (Procurador Municipal), por ter vislumbrado supostas “ilegalidades”, abaixo elencadas:



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

1) montagem do Processo Licitatório n. 045/2017 - Concorrência n. 001/2017;

2) ausência de pertinência do critério 7.6 do edital da proposta técnica com o objeto contratado;

3) deficiência na justificativa para atribuição de pesos distintos para a pontuação de técnica e de preço;

4) nulidade da forma de remuneração do contrato, por significar desvio de recursos vinculados à educação, em violação aos arts. 2º e 21 da Lei Federal n. 11.494/2007, art. 8º, parágrafo único da LRF e art. 60, IV do ADCT da CR/88.

Acerca das ditas irregularidades apontadas no bojo da representação em comento, cumpre trazer à baila os esclarecimentos bastantes à elucidação.

### **III – DOS FUNDAMENTOS À IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO:**

#### **a) DA INOCORRÊNCIA DE “MONTAGEM” DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

Primeiramente, observa-se que **TODOS** os fatos apontados referem-se exclusivamente às etapas, critérios, opções e



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

**forma como a própria Administração Municipal conduziu o certame licitatório em apreço, desde a sua deflagração.**

Nesse sentido, cumpre enfatizar que buscou o *Parquet* de contas **imputar ao escritório contratado**, ora Requerente, **responsabilidade por eventuais irregularidades oriundas de atos de competência exclusiva da Comissão de Licitação e do setor jurídico do Município**, sobre os quais **a Monteiro e Monteiro Advogados não tem qualquer ingerência**.

É importante frisar a arbitrariedade do *Parquet* ao indicar que o procedimento administrativo de contratação do Requerente foi “montado” no intuito de direcionar o objeto do certame para esta banca jurídica, como se a mesma gerisse a Comissão de Licitação e o quadro Jurídico do Município. **UM GRANDE ABSURDO!**

Ora, a Monteiro e Monteiro Advogados apresentou toda documentação comprobatória da possibilidade de contratação pelo Município de Cana Verde. A diligência e celeridade do Município na análise da documentação, inclusive diante da constatação da existência de centenas de outros contratos firmados com Municípios em todo o país, não pode ser tachado como ilegalidade na contratação, como tenta sugerir o MPCO.

**Ademais, sabe-se que os créditos do FUNDEF perseguidos pelo Município encontravam-se em vias de restar fulminados pela prescrição, fato que justifica a celeridade adotada**



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

**pelos gestores municipais com vistas à conclusão do processo que culminou na contratação deste Requerente.**

Certo é que após a formalização do ajuste (assinatura do contrato) o escritório, munido de procuração, passou a demandar em juízo, em nome do município, através da propositura e acompanhamento da demanda judicial acima citada.

**Nesse sentido, frise-se que o Requerente não possui qualquer ingerência sobre a forma como foi deflagrado e desenvolvido o referido procedimento (em seus trâmites internos), tendo se limitado a apresentar a documentação necessária ao certame e à contratação.**

Desta feita, chancela-se aqui a arbitrariedade do MPCO ao sugerir que o procedimento administrativo de contratação foi “montado” por este Requerente, como se o mesmo gerisse a Comissão de Licitação e o quadro Jurídico do Município. Uma inverdade, como já dito!

Face ao exposto, não há que se falar em irregularidade na contratação deste Requerente para representar o município em juízo e buscar os créditos que lhe venham a ser reconhecidos em execução de título judicial vindicado.

Não há ademais como se vislumbrar qualquer possibilidade de dano ao erário ou dilapidação do patrimônio público, legitimamente protegido.





Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

O que se vê, em verdade, é a imensurável e significativa alternativa de entrada de novas receitas para o Ente Federado, já tão penalizado com os repasses a menor realizados pela União em sua repartição tributária.

Assim, a conclusão da análise realizada deveria caminhar justamente em sentido oposto, qual seja, no sentido de que a recuperação de valores propiciaria uma possibilidade de ingresso de recursos que reverterão em prol de toda a coletividade.

Insta asseverar que a contratação do escritório Requerente seguiu à risca os procedimentos e requisitos legalmente estabelecidos para tanto (conforme a Lei nº 8.666/93).

**b) DA QUESTÃO DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO FUNDEF.**

A Representação formulada a esse Exmo. Conselheiro, ainda que de forma bastante sucinta, aponta, também, suposta ilegitimidade do recebimento dos honorários contratuais diretamente via Precatório.

E mais, para o MPCO, tal teria, portanto, o condão de invalidar a avença e desvirtuar toda a prestação e os direitos das partes envolvidas na contratação administrativa.



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

Para a Representante, o estabelecimento estaria indo de encontro ao atual Posicionamento Jurisprudencial dos Tribunais Superiores – o que lhe retiraria a legitimidade.

Em que pese a nobre intenção do MPCO em salvaguardar o Interesse Público, não merece prosperar a nulidade como pretendida. Senão veja-se.

Primeiramente, esclareça-se que a questão já fora apreciada por alguns Tribunais de Contas, como é o caso do TCE/PE nos autos da Auditoria Especial nº 1603972-5, em que, amparada pelo parecer do próprio **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – MPCO (PARECER Nº 00376/2017) DE LAVRA DO PROCURADOR GUSTAVO MASSA – Doc. 02**, restou reconhecida a legalidade da cláusula contratual de fixação de honorários advocatícios nas contratações de FUNDEF:

“Diante desta realidade e dos precedentes acima colacionados, altero o entendimento assumido no Opinitivo Ministerial nº 182/2017. **Vejo que as características do caso concreto apontam para a legalidade da cláusula contratual estabelecida.** Qualquer ser racional, entre as opções de ficar com nada ou “correr o risco” de ficar com 80% da verba que a União insiste em não repassar espontaneamente, escolheria a última delas. Obrigar o município a recompor os valores da conta do FUNDEF/FUNDEB é provocar, indiretamente, um prejuízo ao erário municipal, que teve de buscar, em juízo, a correção da conduta da União. **Ademais, se ficar decidido que o escritório de advocacia não pode receber pelo seu trabalho, não haveria quem estivesse disposto a defender o direito do Município. Criando-se, assim, um**



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

incentivo para que o Município abdicasse de seus direitos e que a União continuasse, impunemente a descumprir a lei. Lembro, ainda, que os honorários advocatícios têm natureza alimentar, preterindo verbas de outra natureza. O juiz, o procurador federal e todos os demais envolvidos foram remunerados durante o processo, por que, então, negar este direito ao advogado vencedor da causa? O mais correto seria que a própria União fosse obrigada a, além de restituir os valores devidos, assumir o custo dos honorários convencionados, visto que foi a União que deu causa ao imbróglia jurídico.” (Parecer Complementar MPCO nº 00376/2017 nos autos da Auditoria Especial TCE/PE nº 1603972-5).

“Sendo assim, à luz do opinativo exarado pelo MPCO, no âmbito do Parecer Complementar MPCO nº 00376/2017, da lavra do Procurador Gustavo Massa (Volume 2, folhas 448 a 463), nos termos reproduzidos acima, considero que pode ser afastada a irregularidade apontada pela Auditoria.”(Voto Vencedor – Relator Cons. Marcos Flávio - nos autos da Auditoria Especial TCE/PE nº 1603972-5.”

Com a devida consideração, no julgamento atualmente apontado para embasar a pretensão de invalidade de cláusula contratual firmada anteriormente, houve latente erro material por parte da Primeira Seção do STJ, pois, o posicionamento está de encontro com o entendimento até então e desde sempre esposado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL acerca da matéria, bem como acerca de diversos dispositivos constitucionais acerca do tema. Veja-se:

1) Existe acórdão da 2ª Turma do Supremo afastando o entendimento de que os ensinamentos advindos do julgamento





Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

da ACO nº 648, impediria o pagamento aos advogados que trabalhassem judicialmente em favor da educação (ARE 1050028, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJE 06/11/2017).

2) Existem apenas três decisões monocráticas advindas do Supremo que perfilham de entendimento contrário, todavia, essas decisões estão pendentes de análise pela 2ª Turma, ou seja, ainda não transitaram em julgado.

3) As duas turmas do Supremo, em diversos julgados, afastam a violação constitucional acerca da matéria, sendo claro que o julgamento do REsp nº 1703697, contrariou o posicionamento da Suprema Corte ao declarar que a retenção estaria vedada, em razão da natureza constitucional da verba.

4) Não pode ser considerado desvio de finalidade de promoção direto a educação, serviço judicial que busca a devolução de recursos da educação que não foram repassados pela União.

5) Em verdade, é de certa forma paradoxal que todo o esforço do município para receber as verbas federais e as investir na educação não abarque em si, conceitualmente, também as ações judiciais eventualmente ajuizadas para ver concretizada justamente a obrigação legal por parte da União de disponibilizar o crédito devido.

6) O posicionamento da Primeira Seção não fora dado em julgamento de Recurso Repetitivo, não sendo de cumprimento obrigatório pelo demais juízos do País.

Destaque-se, ainda, que a autorização judicial para o pagamento dos valores NÃO é responsabilidade da Administração ou do



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

REQUERENTE, haja vista que ao advogado contratado se garante o direito a receber o seu pagamento em Precatórios específico e apartado daquele do Município. Ou seja, o valor dos honorários não transita pelos Cofres Municipais (em qualquer Fundo ou Conta). E tal decorre de lei.

É o que se verifica textualmente estabelecido pelo art. 22, caput e §4º do Estatuto da Advocacia e a OAB (Lei 8.906/94), *in verbis*:

*Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.*

...

*§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.*

Ora, se, portanto, houve tão somente a materialização contratual do que estatui a normatização federal, não há qualquer equívoco (muito menos ilegalidade) no ato remuneratório previsto à época.

**Repise-se: tal só decorrerá de fato, se houver EXPRESSA E ESPECÍFICA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL a ser requerida e eventualmente deferida nos próprios autos da execução em curso.**

**Portanto, se considerado pelo Poder Judiciário que a efetiva autorização encontra óbice na interpretação sistemática das**



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

**normas atinentes ao caso, o pior que pode acontecer – para o prestador – é a retenção ser vetada.**

**Aí sim, nesse caso, a Administração resta ciente de que não poderá promover pagamento honorário com a verba que perceber – necessitando dispor de verba própria para tanto.**

Demais disso, quando firmada a avença era uníssono o entendimento dos próprios Tribunais Superiores sobre a possibilidade do destaque – Precedentes do STJ (Doc. 03) e do STF (Doc. 04).

Assim, a alteração jurisprudencial (QUE, CONVENHAMOS, NEM SE CONSOLIDOU E, AINDA ASSIM, PODE DECORRER VÁRIAS VEZES, SEMPRE EM SENTIDO OPOSTO AO ANTERIOR), por si só, não impede o estabelecimento da condição contratual – que, repise-se, para efetivar-se depende de análise do PODER JUDICIÁRIO.

Fosse assim, caso o Ente Público, ao terceirizar, não pretenda honrar a contraprestação pecuniária, basta acrescentar ao instrumento clausula com entendimento jurisprudencial e torcer para que os Tribunais mudem seu posicionamento. Em casos tais, no entender do MPCO, todo o instrumento estaria eivado de vícios aptos a inviabilizar a manutenção da prestação como um todo e, pior, REMUNERAR POR UM SERVIÇO PRESTADO.

Desta feita, chega a ser irresponsável a imputação feita pelo Ministério Público de Contas tanto aos agentes públicos, como a



Aracaju - SE  
 Belém - PA  
 Belo Horizonte - MG  
 Brasília - DF  
 Campo Grande - MS  
 Cuiabá - MT  
 Curitiba - PR  
 Florianópolis - SC  
 Fortaleza - CE  
 Goiânia - GO  
 Maceió - AL  
 Manaus - AM  
 Natal - RN  
 Palmas - TO  
 Petrolina - PE  
 Porto Alegre - RS  
 Porto Velho - RO  
 Recife - PE  
 Rio Branco - AC  
 Rio de Janeiro - RJ  
 Salvador - BA  
 São Luis - MA  
 São Paulo - SP  
 Teresina - PI  
 Vitória - ES

esse escritório legitimamente contratado, pois não há qualquer empecilho fático, legal ou jurisprudencial à terceirização do serviço do FUNDEF promovido pelo Município de Cana Verde com o escritório Requerente, tendo o procedimento de sua contratação sido conduzido pelo Ente Público sob o manto da legalidade.

Demais disso, houvesse realmente um posterior e definitivo posicionamento em desfavor da retenção contratual anteriormente autorizada (o que, repise-se, vigorava na época da avença), bastaria a mera alteração de tal Cláusula Contratual, a fim de que se indicasse qual a rubrica responsável pela verba.

Em hipótese alguma poder-se-ia utilizar manifestação judicial genérica, posterior ao Contrato, para invalidá-lo como um todo. A medida seria, antes de tudo, desarrazoada.

Frise-se, por fim: não há, nem houve qualquer pagamento de nenhuma espécie ao escritório Requerente pela prestação aqui mencionada, em especial pelo fato de que o cumprimento de sentença de nº 0011338-58.2018.4.01.3400 encontra-se **SUSPENSO**, conforme se infere da Certidão Informativa do processo, ora acostada (**Doc. 05**).

#### **IV – DOS REQUERIMENTOS:**

Ante todo o exposto, requer se digne Vossa Excelência, com a experiência e acuidade que lhe são peculiares, a determinar o **arquivamento** da presente representação ou sua total improcedência, por ser medida da mais lúdima Justiça.



Aracaju - SE  
Belém - PA  
Belo Horizonte - MG  
Brasília - DF  
Campo Grande - MS  
Cuiabá - MT  
Curitiba - PR  
Florianópolis - SC  
Fortaleza - CE  
Goiânia - GO  
Maceió - AL  
Manaus - AM  
Natal - RN  
Palmas - TO  
Petrolina - PE  
Porto Alegre - RS  
Porto Velho - RO  
Recife - PE  
Rio Branco - AC  
Rio de Janeiro - RJ  
Salvador - BA  
São Luis - MA  
São Paulo - SP  
Teresina - PI  
Vitória - ES

Ademais, protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Recife/PE, 22 de março de 2021.

**MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO**  
**OAB/PE nº 11.338**  
**OAB/MG nº 97.276**